

## IMPORTÂNCIA E LIMITE DA DEMOCRACIA NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA (1955/1964): UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ALKMIN

Laurindo Mekie Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo proponho uma reflexão sobre o lugar e a importância da democracia no interior de uma eventual cultura política brasileira. Para tratar da questão, examino as crises políticas de 1955 e 1964, ocasiões em que, respectivamente, a democracia se salvou por um golpe e foi destruída por outro. Recorro para análise as intervenções do deputado mineiro José Maria Alkmin, um dos mais importantes personagens do campo político que teve intensa participação nos dois momentos históricos. Liderança do PSD, Alkmin foi considerado o chefe civil do contragolpe de 1955 e foi eleito vice-presidente de Castelo Branco na eleição indireta de abril de 1964. O texto problematiza como este parlamentar se relaciona, compartilha, reproduz ou se distancia dos valores predominantes na política brasileira naquele recorte temporal. Utilizo como fontes principais os debates legislativos, a imprensa, as biografias e a bibliografia concernente ao tema.

**Palavras-chave:** Cultura política; democracia; José Maria Alkmin.

## THE IMPORTANCE AND LIMITS OF THE DEMOCRACY IN BRAZILIAN POLITICAL CULTURE (1955/1964): AN ANALYSIS BASED ON THE TRAJECTORY OF JOSÉ MARIA ALKMIN

**Abstract:** In this article I propose a reflection about the ethos and the importance of democracy within a possible Brazilian political culture. To deal with it, I examine the political crises occurred in 1955 and 1964 when, respectively, the democratic regime was saved by a coup and destroyed by another one. I choose to analyse the interventions of the deputy José Maria Alkmin, one of the most significant figures on the political field at that time, and one who had intense participation in these two historical moments. Having an important leadership role within the “PSD” political party, Alkmin was considered to be the civil head of the countercoup in 1955. Later, he was elected as Castelo Branco’s vice president during the indirect election in April 1964. This text analyses how this deputy related to, shared, reproduced or kept distance from the hegemonic values within Brazilian politics at that historical moment. As main sources for this research, I use the legislative discussions, papers from the press, biographies and some bibliography on that theme.

**Keywords:** Political culture; democracy; José Maria Alkmin.

\* Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa “Os intelectuais e o desenvolvimento: uma análise da dialética sujeito-estrutura na trajetória de Geraldo Rocha, Manuel Novaes, Jose Maria Alkmin e Apolônio Sales”, financiada pela FAPEMIG.

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutor em História pela USP. E-mail: mekie1@hotmail.com

## O problema

Existe uma cultura política brasileira? Se existente, qual o lugar da democracia no interior dessa cultura? Amplo, o tema não poderá ser esgotado aqui. A proposta é contribuir para sua discussão usando a trajetória de um agente político significativo em conjunturas especiais. Diante disso, o problema proposto divide-se em três partes: a conceitual, o debate mais amplo sobre as relações políticas no Brasil e, por fim, a discussão sobre a democracia como um dos elementos dessas relações.

Atualmente é usual falar-se em cultura política ou cultura política brasileira, sem necessariamente definir o conceito com o qual se está operando, aspecto comum na imprensa e em textos acadêmicos, assinados por autores com sólida formação teórica (LYNCH, 2015). Vou demarcar um lugar no debate para tornar mais claro o argumento do artigo. É consenso que os estudos sobre cultura política remontam à tese de Sidney Verba e Gabriel Almond (1989)<sup>2</sup>. Os dois postularam que existiriam culturas políticas nacionais, enfatizando o tipo anglo-saxão, a cultura democrática, participativa – *the civic culture* –, caracterizada como pluralista, baseada na comunicação e persuasão, uma cultura de consenso e diversidade, que permite e modera a mudança (VERBA; ALMOND, 1989: 6).

A tese é bastante discutida (GOMES, 2005a; MOTTA, 2009; KUSCHNIR, CARNEIRO, 1999; BERSTEIN, 1998). Para este artigo, importa discutir o caráter nacional das culturas políticas. Para Berstein, no lugar de uma cultura política nacional, correto seria falar em culturas políticas concorrentes entre si no interior de um mesmo país (BERSTEIN, 1998). Na sua definição, “a cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998: 350). Cada cultura apresenta uma filosofia, uma visão do passado, um modelo de sociedade/Estado, um discurso que se traduz em palavras e ideias e se representa em gestos, ritos e símbolos.

Motta propõe uma superação da antinomia Verba/Almond *versus* Berstein. Embora esteja de acordo com o autor francês na maior parte das suas ideias, incluindo o seu conceito, Motta aponta para a possível articulação das duas noções – cultura política nacional e culturas políticas diversas no interior de uma mesma nação. Para ele, o reconhecimento da presença de diversas culturas políticas não impede que se verifique, simultaneamente, um conjunto de

---

<sup>2</sup> A primeira edição é de 1963.

aspectos coerentes que configurariam uma cultura política específica de determinado país (MOTTA, 2009: 21-22).

Opto por essa senda aberta por Motta para pensar o caso brasileiro e assim tratar da segunda parte do problema. É possível identificar algumas culturas políticas razoavelmente delineadas no Brasil no século XX, a exemplo da comunista/socialista (MOTTA, 2013), da nacional-estatista (REIS, 2014) e da liberal (LYNCH, 2015). Mais difícil é afirmar se existe uma cultura política brasileira. Coloco-me entre aqueles que acreditam na sua existência e aponto alguns elementos que a integrariam e que aparecem destacados em diversos autores que se propuseram a pensar o Brasil sem necessariamente estar usando o referido conceito. Ao optar por esse caminho, reproduzo raciocínio de José Honório Rodrigues: “Sei que são [proposições] controvertidas, mas não quero apresentar apenas aspectos indiscutíveis, e sim questões que suscitem o debate” (RODRIGUES, 1964: 13).

Entre os seus elementos constitutivos estaria a cordialidade, nos termos de Sérgio Buarque de Holanda (2000), aspecto que se harmoniza com outros como certa dificuldade em delimitar as fronteiras entre as esferas pública e privada, também apontado pelo próprio Holanda, e o personalismo/salvacionismo, elemento presente inclusive na cultura socialista (MOTTA, 2013), conhecido nas chamadas experiências populistas e onipresente nos processos eleitorais da atualidade (BORBA, 2005: 163-164).

Um certo estatismo também é verificável entre os diversos segmentos políticos, entre os trabalhadores, como afirma REIS (2014) e entre segmentos importantes da intelectualidade e classe média (LYNCH, 2015). A hegemonia do pensamento desenvolvimentista entre 1950 e 1980 (BIELSCHOWSKY, 1996) indica que essa visão é também compartilhada por setores empresariais. Algumas conjunturas críticas são indicativas desse aspecto. Na crise que precedeu o golpe de 1964, Francisco Weffort diz haver um momento de paralisia em que todas as classes se voltaram para o Estado, superdimensionando o seu papel na solução do impasse em que o país mergulhara (WEFFORT, 1989).

Tratando da mesma conjuntura, mas diferentemente de Weffort, René Dreifuss (1987) aponta o elevado grau de organização e articulação do grande capital nacional e externo com vistas à deposição de Goulart. Nessa leitura não se vê classes fragilizadas. Frágeis ou fortes, as classes detentoras do capital se abrigam e/ou se servem do aparelho estatal também no

pós-1964. Por sinal, a “tomada do Estado” foi seguida pela manutenção e ampliação de seu papel na economia brasileira, embora, evidentemente, para fins diversos em relação ao modelo precedente. A crise política de 2013-2016(?) também é instrutiva. Embora a deposição do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) indique uma guinada à direita do espectro ideológico, quando se examina a difusa pauta das manifestações dos últimos anos vê-se que certos segmentos da sociedade reclamam por mais e melhores serviços públicos, a exemplo de saúde, transporte, educação e segurança e não necessariamente por “enxugamento” do Estado<sup>3</sup>.

Mas o traço mais característico da cultura política brasileira seria a conciliação, as transições políticas sem abalos (MOTTA, 2009). Segundo José Honório Rodrigues, a conciliação é um fenômeno intraclasses. Ela é praticada entre as elites políticas, promovendo “remendos” e não reformas. Algo semelhante ocorreria também entre as camadas populares – indígenas, negros e caboclos – nas suas “relações humanas”. Outro é o comportamento quando se trata de relações entre as classes sociais – “populares” x “elites”. As mesmas camadas populares expressaram, em muitos momentos ao longo da história do país, atitudes nada conciliáveis, circunstâncias em que receberam cruenta resposta das elites (RODRIGUES, 1964: 29-30). A atitude conciliadora, a política de “passos miúdos”, já teria deixado de ser meio, convertendo-se num fim em si mesma, expressando um “subdesenvolvimento político” (RODRIGUES, 1964: 189; 238).

Rodrigues critica a conciliação política. Outros a exaltam. Renato Archer, parlamentar do PSD (Partido Social Democrático), testemunha de momentos cruciais da política nacional nos anos 1950 e 1960, celebra, em 1985, a história do seu partido, símbolo da política conciliadora, apontando o seu perfil como a marca maior da história do país. Se, para Lúcia Hippolito, o PSD foi o fiador da estabilidade entre 1945 e 1964, para Archer, em um criativo raciocínio, o “PSD” é o fiador da história desde 1822. Ele exalta José Bonifácio, atribuindo-lhe a obra da independência, e, apoiando-se no folclore político, acrescenta: “não há a menor dúvida ter sido o PSD fundado por José Bonifácio”. Se assim o é, e considerando o papel de Tancredo Neves e Ulisses Guimarães no início dos anos 1980, conclui: “Teríamos que o PSD nasceu com o Estado nacional, projeta-se no futuro com a construção do próximo

---

<sup>3</sup> Por se tratar de movimentos ainda em curso e muito diversificados, é difícil uma avaliação segura do seu perfil ideológico, daí o cuidado de apontar um possível estatismo como algo presente em apenas certos segmentos.

pacto social e se corporifica na Constituinte de 1986” (ARCHER apud HIPPOLITO, 1985: 20).

A solução negociada que se manifesta em momentos cruciais, a exemplo da transição Monarquia-República e Ditadura Militar-Nova República, também se verifica na sucessão de práticas políticas, como o revela a superação do coronelismo, processo que se dá de forma desigual entre as regiões brasileiras (QUEIROZ, 1975) e, principalmente, se dá sem rupturas, uma vez que muitos aspectos são incorporados à rotina política mais urbana (JANOTTI, 1981; SOUZA, 1995).

A terceira parte do problema – o lugar da democracia na cultura política brasileira – requer um recorte mais específico. Para tanto, privilegio as crises de 1955 e 1964 e a atuação de José Maria Alkmin. Será dedicado muito mais espaço à primeira crise, sendo a segunda examinada mais para efeito de comparação da atuação e posicionamento de Alkmin.

Neste artigo, uso o termo democracia para designar o Estado de direito, o livre funcionamento dos partidos, a garantia das liberdades individuais e políticas, a regularidade e lisura das eleições, a vigência e respeito das normas constitucionais<sup>4</sup>. Evidentemente, os diferentes grupos e agentes políticos envolvidos no processo social daqueles anos compartilhavam distintas visões sobre a democracia. No entanto, essa definição me parece a mais adequada à operacionalização do texto porque é certamente a que melhor define o pensamento do personagem-objeto do artigo – José Maria Alkmin – e a visão das principais escolas ou culturas políticas que informaram seu pensamento, a exemplo do pessedismo e da mineiridade.

### **A crise de 1955 e o “gênio da ubiquidade”**

Getúlio Vargas caiu em 1945, mas continuou a dar o tom da política nacional, a ponto de os grupos se dividirem entre varguistas e antivarguistas. Embora na rotina parlamentar as votações revelassem alianças interpartidárias, formadas “*ad hoc*” (HIPPOLITO, 1985; BRAGA, 1996), houve, ao longo do período 1945-1964, razoável regularidade nas

---

<sup>4</sup> Trata-se de um conjunto de características comumente aceitas na teoria política contemporânea, notadamente nos países filiados a uma tradição democrático-liberal (BOBBIO, 1986: 326-327).

composições eleitorais, configurando uma clara hegemonia da aliança PSD-PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Sempre derrotada nas urnas, à exceção da eleição de Jânio Quadros, justamente um líder pouco afeito a partidos, a UDN (União Democrática Nacional), maior organização antigetulista, flertou e/ou agiu deliberadamente para galgar o poder por meio de um golpe, embora cultivasse um discurso moralista e democrático.

Por dois momentos, em 1954 e em 1955, o golpe quase se efetivou. A crise de agosto de 1954, detonada com a tentativa fracassada de assassinato de Carlos Lacerda, deixou Vargas sem alternativas. Seus inimigos, incluindo amplos setores militares, exigiam sua deposição; aliados sugeriam a renúncia ou licença (HIPPOLITO, 1985: 99-100; SKIDMORE, 1975; BOJUNGA, 2001: 253-256). Mas o suicídio do presidente alterou o jogo político. A comoção popular inviabilizou qualquer golpe.

Se há dúvidas sobre o lugar e relevância da democracia no pensamento e estratégia de outros grupos políticos, há certeza quanto à UDN. Com um discurso moralista e rebuscado, o partido se apresentava como democrata. No início o discurso parecia crível porque a agremiação surgiu como oposição à ditadura estadonovista. Os seguidos reveses eleitorais, especialmente em 1950, fizeram emergir as contradições udenistas. Em 1945, Eduardo Gomes atribuiu sua derrota a “fatores transitórios”, aos resíduos da ditadura (SKIDMORE, 1975: 106).

Novamente derrotada em 1950, agora pelo próprio Vargas, o partido precisava de nova “justificativa”. A face golpista aparece com vigor, a começar pela contestação da vitória de Getúlio alegando ser necessária maioria absoluta para a eleição de um presidente, o que não era previsto pela Constituição de 1946, passando pelas articulações junto a segmentos militares para impedir a posse sob o argumento de que Vargas instauraria nova ditadura (SKIDMORE, 1975: 134-135). Para o brasilianista, o triunfo do ex-ditador foi embaraçoso para seus inimigos:

A inversão de posições era irônica. A volta de Vargas ao poder, através das urnas, abalava a fé dos constitucionalistas liberais na nova ordem democrática. Aos olhos desses ex-campeões da redemocratização, o próprio fato da eleição de Vargas significava que a democracia no Brasil não estava funcionando (SKIDMORE, 1975: 136).

Segundo a justificativa golpista, não haveria democracia de fato, por isso era necessário salvar o país por uma intervenção purificadora, com “autoridade forte, sem as peias constitucionais”, para expurgar os corruptos, preparar o país para a “verdadeira democracia”, como dizia Carlos Lacerda (ROCHA, 1960: 52). Para Munhoz da Rocha, que foi ministro de Café Filho, Lacerda “Não se conforma em ser minoria diante da definição geral do eleitorado brasileiro” (ROCHA, 1960: 51). Pode-se dizer o mesmo da maioria dos antijuscelinistas.

A tese da maioria absoluta foi retomada em 1955 para impedir a posse de JK e Jango. E esse foi apenas mais um capítulo da resistência oferecida pela oposição udenista. Essa história pode ser sintetizada na célebre frase de Lacerda: “Kubitschek não será candidato; se for candidato, não será eleito; se for eleito, não tomará posse; se tomar posse, não governará” (BADARÓ, 1996: 203). “Trate de ganhar a eleição. Sua posse, eu garanto”, disse José Maria Alkmin a um apreensivo JK diante das manobras dos seus adversários (BADARÓ, 1996: 226).

As duas frases indicam a fragilidade da democracia. Não bastava vencer as eleições, era preciso negociar para “garantir a posse”. Negociar com os militares. As articulações golpistas, ainda que lideradas por civis, passavam pelas Forças Armadas, suas derrotas e seu êxito (caso de 1964), dependiam da mesma instância. Talvez o biógrafo de Alkmin, Murilo Badaró, tenha exagerado para conferir maior ênfase à história do deputado. Por outro lado, é o próprio Juscelino que afirma, sobre as articulações de Alkmin em 1955: “[ele] era o próprio gênio da ubiquidade, vivendo a sua *finest hour*, segundo a expressão de Churchill” (BOJUNGA, 2001: 303).

Quem era, afinal, o “gênio” em questão?<sup>5</sup>.

José Maria Alkmin nasceu em Bocaiuva/MG, em 1901. Estudou em Diamantina/MG, onde conheceu Juscelino. A amizade entre “Zé da Véia (sic)” e “Nonô” seria para toda a vida, apesar dos atritos políticos. Mudou-se para Belo Horizonte no final da década de 1920 onde se graduou em Direito, trabalhou nos Correios e Telégrafos e foi repórter da Imprensa Oficial de Minas Gerais, lugar estratégico para se travar relações com o núcleo duro da política

---

<sup>5</sup> Usei com frequência as biografias de JK e Alkmin para a obtenção de informações específicas, evitando a interpretação dos biógrafos. Além de pontuais, essas informações me pareceram bastante confiáveis porque convergem fortemente com o que se encontra em outras fontes com a imprensa e os diários legislativos.

mineira. Hábil nos relacionamentos, Alkmin tornou-se próximo de Antônio Carlos de Andrada e Olegário Maciel, os mais influentes líderes do Estado naquela conjuntura (BADARÓ, 1996: 64; 76-77).

Em 1933 foi eleito deputado pela poderosa estrutura do Partido Republicano Mineiro. Renunciou ao mandato para ser Ministro do Tribunal de Contas de Minas Gerais e, posteriormente, Secretário do Interior de Minas Gerais. Foi eleito deputado federal em todas as eleições de 1945 a 1966. Em 1970, já na ARENA, ficou na primeira suplência, assumindo o cargo por causa do falecimento do deputado Edgar Pereira, em 1973 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2016).

Alkmin foi um dos fundadores do PSD mineiro e tornou-se um dos seus líderes. Foi um parceiro político fundamental para Juscelino. Seus desentendimentos mais sérios se deveram à vontade de Alkmin em se candidatar ao governo de Minas, o que era sempre adiado por causa das manobras e cálculos políticos de JK (HIPOLITO, 1985: 201-202; BADARÓ, 1996: 221-222).

Foi o Secretário de Finanças do governo JK em MG, desempenhando papel central para assegurar o financiamento do programa de obras sintetizado no binômio energia e transportes. Essa experiência foi também uma espécie de estágio para o Ministério da Fazenda quando o amigo se tornou presidente da República (BADARÓ, 1996). E, em abril de 1964, Alkmin foi eleito pelo Congresso Nacional vice-presidente da República. Mas não foi esse cargo, nem o Ministério da Fazenda, sua *finest hour*. O ápice da sua carreira foi em novembro de 1955, quando atuou como o “chefe civil” (JORNAL DO BRASIL, 18/11/1955: 12; 12/10/1958: 4) do contragolpe liderado por Lott.

Ele estava preparado. Fora formado por duas escolas políticas de reconhecida envergadura, a mineira e a pessedista. Vou tratar delas brevemente. A mineiridade é reclamada pelas lideranças do Estado ao longo de todo o século XX. Quando enfrentava o seu conterrâneo Carlos Luz, a quem acusava de tramar contra a posse de Kubitschek, Alkmin disse ao colega que estava prestes a assumir a presidência da República:

Sabemos, através da sua vida pública [...] [que] V. Exa será modelar no respeito às instituições democráticas do País, de acordo também com – e aqui sem nenhum orgulho provinciano – com o que constitui o patrimônio da nossa cara Província de Minas Gerais, que deu ao Brasil quatro Presidentes; todos abonando nossa formação democrática (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1955: 8228).

Era apenas retórica. Alkmin sabia que o colega mineiro conspirava contra JK, por isso ajudou a costurar o contragolpe que o depôs. Questionado por Renato Archer sobre o que diria no seu discurso no Congresso e se atacaria Luz, Alkmin respondeu: “Vou falar como se não soubesse de nada do que aconteceu. Vou responsabilizar a UDN por isso tudo.” E sobre o presidente deposto, acrescentou: “Meu filho, você não conhece a política mineira. Se eu falar mal do Luz, a primeira dificuldade que vou ter será em casa, com minha mulher – Das Dores é parenta dele” (BOJUNGA, 2001: 315).

A mineiridade parece também compartilhada por amplos setores da população, como indica o seu uso eficaz na resistência do governo estadual aos projetos separatistas (PEREIRA, 2007; LONGUI, 1997). Há diversas definições para a mineiridade: ideologia (DULCI, 1999), mitologia (ARRUDA, 1989) ou cultura política (HELENO, 2005). Para Arruda (1989: 198), a mineiridade é um mito que, utilizado na política, ganha contornos ideológicos. Seus principais elementos constitutivos seriam a valorização da ordem, tradição e estabilidade, a defesa de soluções negociadas e centristas, o pragmatismo e a perspicácia e habilidade dos seus líderes. Moldada historicamente, a mineiridade é multifacetada, podendo ser libertária, conservadora ou desenvolvimentista. Além da dimensão regional, a mineiridade se projeta sobre o Brasil porque apresenta Minas Gerais como o garantidor da estabilidade e unidade do país. Assim, ela opera para dentro, ao propor uma unidade interna, e para fora, como um recurso de poder para as lideranças mineiras em âmbito nacional (DULCI, 1999)<sup>6</sup>.

A mineiridade teria moldado o próprio PSD, especialmente porque o partido nasceu em Minas Gerais, como quer Ramos (1993). Mas a mineiridade era algo mais amplo, não institucionalizado, indo além de um modo de fazer política de um partido específico. Além disso, por mais importante que fosse, o núcleo mineiro era um entre muitos outros diretórios do partido no país.

Partido de centro, o PSD foi o fiador da estabilidade política no Brasil entre 1945 e 1964, sustenta Lúcia Hippolito. Sem entrar no mérito dessa tese, registro apenas que, assim como Benevides (2016), considero um ponto frágil em Hippolito não levar na devida conta o papel dos militares naquela conjuntura.

---

<sup>6</sup> Os estudos de Dulci e Nascimento são mais sólidos. Parece-me razoável pensar a mineiridade como uma cultura política regional ou uma subcultura política, mas isso demandaria uma reflexão específica e mais aprofundada.

O partido nasceu das estruturas do Estado Novo, reunindo interventores e outras lideranças leais a Vargas (SOUZA, 1990). Sua vocação governista era congênita. No dizer de Tancredo Neves, “Entre a Bíblia e O capital, o PSD fica com o Diário Oficial” (HIPOLITO, 1985: 37). Hippolito sintetiza as “regras” internas do partido que configurariam o “manual do bom pessedista”: a) a importância do voto. Nada se sobrepõe a ele. Daí os pessedistas se intitularem democratas; nunca golpistas; b) ser sempre de centro e, como tal, aberto a certas reformas; c) conciliação e aversão às soluções radicais; d) firmeza na decisão e na execução; e) valorização do aprendizado político na prática, na socialização política, desde as lides municipais; e f) competência administrativa, como consequência do elemento anterior (HIPOLITO, 1985: 44-47).

Com base no interior, o PSD tinha linha conservadora, mas se abria a algumas reformas, a exemplo do “monopólio estatal do petróleo e a intervenção do estado contra abusos do poder econômico”, abraçava “iniciativas desenvolvimentistas e medidas como o voto ao analfabeto e a adoção de uma política nacional de energia nuclear”. No entanto, opõe-se ao que ameaçaria suas bases clientelistas: “reforma administrativa, a extensão da legislação trabalhista ao campo e realização de uma reforma agrária radical” (HIPOLITO, 1985: 49). Para Hippolito, os pessedistas mais tarimbados e conservadores eram as raposas, a maioria; um grupo minoritário de jovens eram reformistas. Era a Ala Moça. Se o PSD era o símbolo maior do centro, reunindo a esquerda da direita e a direita da esquerda, como dizia Amaral Peixoto (PSD-RJ), Alkmin era o centro do centro. Era o interlocutor entre JK e a Ala Moça.

Como se vê, as subculturas mineira e pessedista nas quais se formara Alkmin apresentam muitos elementos comuns e expressam também elementos gerais da cultura política nacional. Quando eclodiu a crise de 1955, o “mestre da ubiquidade”, como o denominara Kubitschek, estava preparado para o tamanho do desafio. Lúcia Hippolito diz que a estabilidade garantida pelo PSD se comprova, entre outras coisas, pela sua capacidade de costurar soluções para crises, como ocorreu em 1954 e 1961 (HIPOLITO, 1985). Parece-me que a crise de 1955 também comprova isso, com a ressalva de que o PSD, Alkmin à frente, só logrou êxito por causa do legalismo predominante entre os militares, conforme se verá mais adiante com a intervenção do General Lott.

O desenrolar do chamado contragolpe de Lott é instrutivo para se perceber a conjugação de fatos e conjunturas, tempo curto e tempo médio, para usar a terminologia de Braudel (1982), e também mostrar como as causas materiais, a liberdade e até o acaso, as três causas de todos os fatos, como quer Veyne (1998), se cruzam no fluxo da história.

A disputa política em torno da posse de JK e Jango se inscreve em uma conjuntura maior de avanço do modo de vida urbano, de ascensão dos trabalhadores como agentes políticos, aspectos bastante discutidos na historiografia (FERREIRA, 2001; GOMES, 2005b; WEFFORT, 1989) e também de acalorado debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, se de ordem mais liberal ou desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 1996). A vitória de ambos nas eleições é sintoma da hegemonia do paradigma desenvolvimentista e da crescente importância política dos trabalhadores.

Outro aspecto fundamental é a estrutura de poder no país. Embora os ventos liberalizantes tenham favorecido a queda de ditadura em 1945 e, dali em diante, os partidos tivessem importância maior do que se convencionou pensar pelas lentes da teoria populista, e expressassem razoavelmente as demandas de segmentos sociais e econômicos específicos, como o indicam, por exemplo, os estudos de Hippolito (1985) e Delgado (1989), o papel das Forças Armadas na definição dos rumos políticos do país permanecia crucial e se acentuaria até 1964 (MARTINS FILHO, 2003).

Vista de forma panorâmica, a história do Brasil no pós-1930 revela um crescimento da democracia enquanto um valor compartilhado por um grupo cada vez maior de agentes políticos, bem como o aprimoramento das instituições que a sustentavam, o que é verificável, por exemplo, na comparação entre os processos eleitorais realizados no pré-1930, sabidamente fraudulentos, com as eleições do período 1945-1964.

No entanto, os limites da democracia eram ainda evidentes. Ela já fazia parte da cultura política brasileira, harmonizando-se, sendo temperada e limitada pela cordialidade, personalismo, conciliação e estatismo. É no interior dessa cultura política e da conjuntura desenvolvimentista, de expansão do voto popular e de forte presença militar, que se processam os episódios de novembro de 1955, ora expressando as linhas conjunturais, ora se parecendo autônomos, fruto do destempero de um Lacerda, da sagacidade de um Alkmin ou da firmeza de um Lott.

As suspeitas de uma ação golpista antecedem as eleições. Em agosto de 1955, Alkmin denunciava que a UDN fazia “advertências à nação” dizendo que não aceitaria um resultado eleitoral que não lhe conviesse (“CÂMARA DEPUTADOS”, Tribuna de Imprensa, 04 de agosto de 1955: 7). A denúncia era grave e foi rebatida pelos udenistas no plenário. A presunção salvacionista da UDN não escapou ao deputado mineiro: “A nação não precisa de tutores. Adquiriu maturidade política, e está toda ela, esperando o momento de manifestar a soberania do seu pensamento, e manifestar claramente as suas preferências” (“CÂMARA DOS DEPUTADOS”, TRIBUNA DA IMPRENSA, 04 de agosto de 1955: 7). A defesa da liberdade e principalmente da legalidade e da constituição foi o fio condutor de toda a argumentação dos aliados de JK e Jango.

Da mesma forma que em 1950, questionou-se, em 1955, o fato de o candidato vencedor não obter mais de 50% dos votos. JK obtivera 36%. Os adversários – udenistas (a UDN enquanto partido não defendia publicamente o golpe, também não o condenava) e seus aliados militares – acusavam o presidente eleito de getulista e associado aos comunistas, o que era agravado pela aliança com João Goulart, embora este fosse do PTB e o PCB (Partido Comunista do Brasil) estivesse na ilegalidade. Sem respaldo legal, o movimento contrário à posse dos eleitos via na intervenção militar o único caminho. Lacerda era o seu líder principal, contando com a simpatia e apoio de segmentos militares, especialmente entre os mais jovens (SKIDMORE, 1975).

O presidente Café Filho, inicialmente pelo menos, e seu ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott defendiam o cumprimento da constituição, isto é, a posse dos eleitos (SKIDMORE, 1975; ROCHA, 1960). O ministro gostava de cultivar sua imagem de legalista e imparcial. Coerente com isso, proibiu os oficiais militares de publicarem comentários políticos. Alkmin, que articulava a composição ministerial do futuro presidente, fazia circular a ideia de manter o ministro da Guerra no seu posto e visitava com frequência o seu gabinete, mantendo-se informado dos bastidores militares (BOJUNGA, 2001: 301; 303; BADARÓ, 1996: 224-225).

No dia 31 de outubro, faleceu o general Canrobert Pereira da Costa, um enérgico anticomunista. Sua morte dá início a uma sequência quase cinematográfica de

pronunciamentos, sessões plenárias e movimentos de tropas que só se completaria em 22 de novembro<sup>7</sup>.

No dia primeiro de novembro, no sepultamento de Canrobert, passando por cima da ordem de Lott e ignorando uma chuva torrencial, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede irrompeu em um inflamado discurso defendendo a tese da maioria absoluta, dizendo ser uma “indiscutível mentira democrática” a vitória da minoria (SKIDMORE, 1975: 190). Lott ficou indignado; Carlos Luz, então presidente da Câmara, cumprimentou efusivamente o coronel Mamede (BOJUNGA, 2001: 303-304). Lott queria a punição da flagrante indisciplina do Coronel Mamede, mas isso dependia do Presidente da República a quem se subordinava a Escola Superior de Guerra, a que se vinculava o coronel.

No dia 03 de novembro, o presidente Café Filho foi internado sob alegação de problemas cardíacos. Para Munhoz da Rocha, a doença era real, assim como era insofismável a posição legalista do presidente (ROCHA, 1960). Para as pessoas ligadas a JK, a exemplo de Amaral Peixoto (PSD/RJ), Renato Archer (PSD/MA) e José Maria Alkmin, era uma farsa. Ao se internar, Café Filho abria o caminho para Carlos Luz, presidente da Câmara, ascender à Presidência e trocar todo o comando militar e, na sequência, impedir a posse de JK e Jango (BADARÓ, 1996; BOJUNGA, 2001).

No dia 08 de novembro, antes que Carlos Luz assumisse a presidência, Alkmin discursou na Câmara e lhe pediu fidelidade à Constituição, aproveitando a ocasião para explicitar a sua tese da posse:

[JK e Jango] não estão sujeitos a outro tribunal, a outra instância, seja como dizia Rui Barbosa, o ‘escrutino das armas’, seja uma instancia especial: não estão sujeitos a mais nada, além de formalidades legais, porque a Nação brasileira já os fez depositários de sua confiança e eles hão de ser empossados, para honra de nossas tradições e para tranquilidade do Brasil (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1955).

Era um *mise en scene* próprio da política. Não houvesse risco para os eleitos, a afirmação de Alkmin seria descabida. JK e Alkmin conheciam bem o deputado Carlos Luz dos embates internos do PSD mineiro. Eram inimigos políticos. No mesmo dia ele se tornou presidente da República.

---

<sup>7</sup> Bojunga e Badaró detalham os fatos de cada dia. Privilegio o primeiro por ser mais rico e não laudatório como o segundo. A descrição de ambos converge com as reportagens da imprensa e com a própria descrição de Alkmin. Para tanto, acesse: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19NOV1955.pdf#page>>.

Informado por Alkmin, JK permanecia em Belo Horizonte, articulando com o governador mineiro Clóvis Salgado para uma possível resistência (BOJUNGA, 2001: 305). E, desconfiado da doença de Café Filho, Alkmin propõe a Afonso Arinos (UDN-MG) uma comissão de líderes para visitar o presidente no hospital. A visita deu-se no dia 09 de novembro e foi reveladora. Alkmin e Renato Archer observaram cuidadosamente o presidente e o cenário: Café Filho estava barbeado, bem disposto e sorridente; o cenário era de cama arrumada, livro aberto sobre uma poltrona... nada ali indicava uma doença grave. Do hospital Alkmin foi imediatamente para o gabinete de Lott. A trama parecia-lhe óbvia.

Lott e Alkmin precisavam um do outro. Alkmin sabia que, sem apoio ou consentimento da caserna, JK não tomaria posse nem governaria; Lott sabia que, àquela altura, o deputado era o procurador de Juscelino na capital<sup>8</sup>. O pedido de punição do Coronel Mamede do qual se esquivara Café Filho estava nas mãos de Carlos Luz que se negava a atendê-lo. O novo presidente e o ministro da Guerra estavam claramente em posições opostas no tabuleiro político e militar. Luz precisava apenas de um pretexto para demitir Lott.

Na manhã do dia 10 de novembro, Alkmin e Archer estiveram com Carlos Luz. Os juscelinistas advertiam-no para o risco de uma guerra civil. O diálogo foi tenso e o presidente praticamente os expulsou da sua sala (BOJUNGA, 2001: 307). Ao final da tarde do mesmo dia, o presidente Carlos Luz humilhou o Ministro Lott fazendo-o esperar por uma hora para ser atendido. O episódio foi transmitido ao vivo pelo Repórter Esso. O caso Mamede foi o centro da conversa e a gota d'água. Lott renuncia ao seu cargo (BOJUNGA, 2001: 308).

Nos termos de Bojunga, “os conspiradores estavam eufóricos”. Os ministros Eduardo Gomes e Prado Kelly chegaram ao Palácio presidencial assim que Lott o deixou. Deputados da UDN celebravam. Enquanto isso, Alkmin e Archer articulavam uma Sessão Extraordinária do Congresso para as 9h do dia seguinte e comandantes militares, especialmente o General Odílio Denys, se mobilizavam contra Carlos Luz. Lott resistia à ideia da intervenção militar porque não queria cometer qualquer ato ilegal. Denys resolve agir sem Lott. Após longa hesitação, Lott engaja-se na mobilização. Seu dilema era que, para garantir o cumprimento da Constituição, era preciso recorrer à força, à ilegalidade (BOJUNGA, 2001: 309-310).

---

<sup>8</sup> A centralidade de Alkmin é tal que ele é o personagem principal de todo o capítulo “Os contragolpes de Lott”, dentro da exaustiva biografia de JK escrita por Bojunga (2001).

As articulações militares corriam simultaneamente às civis. As primeiras no apartamento do General Denys; as últimas no apartamento do deputado Vitor Isler, no Copacabana Palace, onde se instalaram Alkmin, Archer e dezenas de outros pessedistas. Alkmin fazia a “ponte” entre os dois grupos (BOJUNGA, 2001: 211; 431; BADARÓ, 1996: 235).

Ao longo da noite do dia 10 e na madrugada de 11 de novembro consumou-se o “golpe preventivo”. Os principais prédios públicos, lugares estratégicos, emissoras de rádio e jornais foram ocupados pelos militares leais a Lott. Oficiais ligados a Carlos Luz foram presos. O presidente escapou a tempo, refugiando-se no Cruzador Tamandaré, na companhia de ministros e de Carlos Lacerda (SKIDMORE, 1975). Alkmin e Lott se reuniram por volta das quatro horas da manhã. O General aceitara apenas “sair temporariamente da legalidade” e jamais cogitou tomar o poder aos civis (BOJUNGA, 2001; BADARÓ, 1996). Mais simbólico e significativo que o encontro foi a interpelação que o militar fez ao civil: “Eu já fiz a minha parte. Agora, qual é a solução legal?” (BOJUNGA, 2001: 313)<sup>9</sup>.

Inicia-se então a “batalha” de Alkmin para convencer o presidente do Senado, Nereu Ramos, o nome seguinte na sucessão presidencial, a assumir o cargo maior da República. Ramos só aceitou após longas negociações, sendo a mais importante delas a costura política para que o Senado e a Câmara referendassem formalmente a posse do novo presidente. Alkmin usara o máximo dos seus recursos de negociador (BOJUNGA, 2001: 315-317).

O fracasso de Carlos Luz e Lacerda e o êxito de Lott e Alkmin se devem ao mesmo fator: a grande maioria dos oficiais militares eram legalistas e leais a Lott. Os conspiradores eram minoritários (MARTINS FILHO, 2003). Reunido, o Congresso Nacional fez o papel de tentar cobrir de legalidade o ato de força. Elegeram Nereu Ramos presidente da República. Carlos Luz foi declarado impedido de ser presidente por 185 votos a favor e 72 contrários.

Negociou-se com os passageiros do Tamandaré o seu retorno à terra em segurança e com Carlos Luz, especificamente, a assinatura da sua renúncia à presidência da Câmara Federal, em troca do seu pleno direito de voltar ao plenário e exercer seu mandato. Era a prática da conciliação em sua plena forma (CÂMARA FEDERAL, 1955: 8546).

Poucos dias depois da posse de Nereu Ramos reaparece na cena política Café Filho, plenamente restabelecido e requerendo seu retorno à presidência. Alkmin entra novamente

---

<sup>9</sup> Na versão de Badaró (1996: 236), lê-se: “Doutor Alkmin, cadê a solução legal que o senhor me prometeu?”.

em ação, propondo-lhe reassumir o governo na condição de manter o dispositivo militar comandado por Lott. Café Filho rechaça a proposta (ROCHA, 1960). No dia 21 de novembro, Café Filho comunica em carta a Nereu Ramos que reassumia seu cargo de Presidente da República. As tropas são novamente mobilizadas por Lott e impedem a volta de Café Filho ao poder (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2016). “Enquanto isso, José Maria Alkmin e deputados da maioria parlamentar reuniam-se na casa de Tancredo Neves para articular o impedimento de Café Filho no Congresso” (BOJUNGA, 2001: 319). Na madrugada do dia 22 de novembro foi aprovado seu impedimento por 178 votos favoráveis e 91 contrários.

Na avaliação de Alkmin, os golpistas estavam definitivamente derrotados:

[...] elementos das Forças Armadas do Brasil não mais conspirarão contra o País; [...] de acordo com a Constituição, vão viver dentro da disciplina, condição mesma de sua existência (palmas); de que não mais vão representar este papel de intranquilidade, porque estarão, antes e acima de tudo, a serviço do estilo de vida que adotamos e se acha consignado nos artigos principais da nossa Carta Constitucional (CÂMARA FEDERAL, 1955: 8546).

Para o deputado, uma página havia sido virada na história do país.

A solução extralegal ficou sepultada, abolida e banida das nossas preocupações, desde o momento em que um governo legítimo, amante da ordem e observador da lei, devolve ao Brasil a certeza de que o golpe desapareceu para, em seu lugar, colocarmos a segurança de que a Constituição será respeitada (CÂMARA FEDERAL, 1955: 8546).

Dali em diante, Alkmin, o PSD, Lott e seus aliados teriam que lidar com o passivo de terem dado um golpe. Ou dois, segundo os mais ácidos críticos, um no dia 11, contra Carlos Luz, outro no dia 21, contra Café Filho (ROCHA, 1960). Embora as manobras parecessem evidentes e Lacerda contribuísse para solidificar as convicções, não havia nenhum documento que comprovasse as ações golpistas de Luz, Café Filho ou dos militares (SKIDMORE, 1975).

A democracia se salvou por um golpe. Mas, cabe o questionamento, foi a preservação da democracia a razão maior dos fatos de novembro de 1955? As recorrentes declarações de Alkmin e de outros pessedistas e juscelinistas em defesa da legalidade e da democracia não se deviam ao fato de que a aliança PSD-PTB lhes garantia confortável maioria nos momentos cruciais no Congresso Nacional?

É difícil uma resposta segura. No caso específico de Alkmin, vale a confrontação com outra conjuntura histórica, em 1964, na qual ele trabalha em favor de outro golpe, mas sem qualquer pretensão de “voltar à normalidade” no dia seguinte como fez o General Lott. Mas entre 1955 e 1964 muita coisa acontecera. O tempo era outro; o pensamento dos militares também.

### **Importância e limite da democracia**

Juscelino Kubitschek e João Goulart foram empossados em 31 de janeiro de 1956. José Maria Alkmin foi nomeado ministro da Fazenda no dia seguinte, permanecendo no posto até 24 de junho de 1958. Desse período, o mais importante para este artigo é a relação de Alkmin com a Ala Moça<sup>10</sup> do PSD. Este grupo defendia renovação do partido, incorporando bandeiras reformistas e nacionalistas. Julgava a Petrobrás intocável, defendia o “reordenamento da remessa de lucros, o disciplinamento da entrada de capitais estrangeiros, articulando-se com grupos de outros partidos como a Bossa Nova da UDN e Grupo Compacto do PTB, discutindo temas como a reforma administrativa, agrária e o voto dos analfabetos” (HIPOLITO, 1985: 164-165).

Alkmin era o elo de ligação entre JK e a Ala Moça desde a campanha presidencial. No ministério, tornou-se o principal aliado do grupo dentro do governo e, em fins de 1957, tornou-se seu líder (CORREIO DA MANHÃ, 24 de outubro de 1957). A parceria com os jovens custou caro a Alkmin<sup>11</sup>. Conforme circulava no noticiário político, a velha guarda do PSD “sempre lhe fizera oposição por considerá-lo líder dos que pretendiam ‘renovar para revitalizar o PSD’” (“Começam a surgir (e logo se queimam) candidatos à presidência da Câmara”) (JORNAL DO BRASIL, 12 de outubro de 1958: 4).

A trajetória do deputado mineiro escapa à tipologia de Lúcia Hippolito. Ou, adaptando sua tipologia, pode-se dizer que Alkmin foi uma raposa que se tornou moça, foi

---

<sup>10</sup> Os principais nomes da Ala Moça foram: Renato Archer (MA), Cid Carvalho (MA), José Joffily (PB), Vieira de Melo (BA), Oliveira Brito (BA), Ulisses Guimarães (SP), João Pacheco e Chaves (SP), Leoberto Leal (SC), Nestor Jost (RS). Segundo Badaró (1996: 312), os deputados da Ala Moça continuam próximos a Alkmin durante o governo de Jânio Quadros. Dali em diante as diferenças ideológicas iriam aflorar (HIPOLITO, 1985).

<sup>11</sup> As relações com a Ala Moça resultaram em desgaste para Alkmin junto aos setores mais conservadores do partido. Sua queda do ministério da Fazenda se deveu, também, a muitos outros fatores atinentes à política econômica do governo JK.

derrotada e voltou a ser raposa. Sua saída do ministério foi um duro golpe para a Ala Moça. Outra derrota se consuma na tentativa do grupo de fazer dele o líder da maioria na Câmara. A essa altura, as raposas reagem ao avanço dos moços, fechando a porta para a renovação da sigla (HIPOLITO, 1985: 171; 174; 182).

Na avaliação de Lúcia Hippolito, esse foi um grave erro cujas consequências estão diretamente relacionadas com a crise política dos anos 1960. Para continuar a ser de centro, o PSD precisava incorporar as novas demandas, precisamente o que propunha a Ala Moça. Ao não o fazer, desaparece o centro, avançando a crescente polarização social e ideológica que atrai seus quadros para a direita, caso das raposas, ou para a esquerda, caso dos moços (HIPOLITO, 1985).

Nessa linha de raciocínio, a derrota da Ala Moça também trouxe profundas implicações para a trajetória de Alkmin. Diferentemente dos moços que caminharam para a esquerda, ele foi para a direita. Sem o apoio de JK para disputar a sucessão mineira em 1960, recusou-se a apoiar Tancredo Neves (PSD), candidato de Juscelino, contribuindo para a vitória de Magalhães Pinto, candidato da UDN.

Durante a crise de 1961, detonada com a renúncia de Jânio Quadros, Alkmin participa das negociações que resultaram na emenda parlamentarista – foi o autor da Emenda Constitucional n. 4 que instituiu o parlamentarismo – e na posse de Goulart com poderes reduzidos. Mas não foi exatamente um vitorioso nelas. Ele chegara a cogitar um impedimento de Quadros e Goulart, embora não tenha levado a ideia adiante, bem como aceitou a contragosto o desafeto Tancredo Neves como primeiro ministro (BOJUNGA, 2001: 592; 596; BADARÓ, 1996: 321, RAMOS, 1993: 199).

Os conflitos da política mineira, inclusive no interior do PSD, incidiram nas posições assumidas por Alkmin durante os anos Jango. Ele e Tancredo duelavam pelo controle da sigla em Minas. No congresso, Tancredo Neves era aliado do presidente e Alkmin oposição, especialmente a partir de 1963 (HIPOLITO, 1985: 218).

Magalhães Pinto, governador mineiro, curiosa e paradoxalmente estava próximo ao presidente João Goulart e, sob o argumento de evitar que o presidente fosse dominado por lideranças radicais como Leonel Brizola e Miguel Arraes, tenta convencer Alkmin a apoiar o governo federal. O governador sonhava se candidatar à presidência em 1965, daí porque

cultivava boas relações com Jango e o PTB, dos quais esperava apoio para sua candidatura (BADARÓ, 1996: 325; STARLING, 1986: 130-136).

Mas a mobilização anti-Goulart corria a passos largos em Minas Gerais, apesar da posição ambivalente do governador. As relações Alkmin-Magalhães Pinto cada vez mais se estreitavam. Com o agravamento da crise, já em 1964, os dois conspiravam juntos, paralelamente ao movimento que crescia sob a liderança do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)-MG/Novos Inconfidentes (STARLING, 1986). O deputado que havia “saído de cena” nos debates nacionais desde a eleição de Tancredo Neves para primeiro ministro, volta ao centro dos acontecimentos, com a diferença de agora trabalhar nas sombras (BADARÓ, 1996: 325-326).

Obviamente, além dos problemas partidários, acima deles ou incidindo sobre eles, operavam outros condicionantes. Quando o tema da reforma agrária, o mais polêmico dos projetos de reforma de base, entra em discussão, Alkmin, liderando a bancada mineira junto com Último de Carvalho (PSD/MG), coloca-se como grande adversário da proposta (HIPOLITO, 1985: 229-231).

O município de Curvelo/MG tornou-se um centro de articulação dos grandes proprietários rurais, liderados pelo prefeito local e também latifundiário Evaristo de Paula. As reuniões, inclusive para discussão e preparação de ações armadas, contavam com a participação de parlamentares como Milton Campos (UDN/MG), Pedro Aleixo (UDN/MG) e José Maria Alkmin (PSD/MG) (STARLING, 1986: 261-265).

Apesar da insistência de Alkmin, JK se recusa a participar do movimento contra João Goulart. Em 20 de março de 1964, o deputado propõe a Juscelino assinar um Manifesto dos Ex-Governadores de Minas Gerais contra o Presidente da República. O ex-presidente rejeita, preferindo desenvolver conjecturas sobre as alianças partidárias para 1965, inclusive com o PTB, ao que ouve estupefato a declaração enfática de Alkmin: “Você está equivocado, Juscelino. Não vai haver eleição” (BADARÓ, 1996: 328). Sem a assinatura de JK, o deputado desistiu do manifesto.

Alkmin, que um dia esbravejou contra o golpismo da UDN e foi líder da Ala Moça do PSD, agora, março de 1964, integra o grupo de conspiradores. A polarização ideológica daquela conjuntura deixou sem espaço lideranças e pensadores com perfil de centro ou

reformistas, como relata em suas memórias o economista Celso Furtado (1997)<sup>12</sup>. Parte dessas pessoas optaram, ainda que com divergências, por ficar do lado nacionalista-reformista, caso de Furtado. Alkmin optou pelo extremo oposto. Seguramente o caso de Alkmin é representativo de um setor expressivo da sociedade que, até o final dos anos 1950, era favorável a medidas reformistas, como se viu nas propostas da Ala Moça do PSD, mas que, frente ao avanço de propostas de transformações mais efetivas, a exemplo da estrutura agrária, alinha-se entre os conservadores.

Assim como em 1955, o golpe de 1964 foi dado em nome da democracia e para salvá-la. A grande diferença é que Lott desejava e trabalhou para garantir a imediata restauração da normalidade democrática. Em 1964, o cenário é outro. Os militares, aliados a poderosos e organizados setores civis, estão preparados e dispostos a governar. Ainda assim, para conservar a coerência com o discurso de defesa da democracia, as lideranças civis, os partidos e o Congresso Nacional tinham papel importante a desempenhar.

No dia 06 de abril de 1964, Castelo Branco se reuniu com a cúpula do PSD, com a presença de JK, Alkmin, Amaral Peixoto e outros. Costurou-se, então, o apoio do partido à candidatura dele na eleição indireta no Congresso Nacional. Após a saída de Castelo Branco da reunião, definiu-se o nome de Alkmin para vice (BOJUNGA, 2001: 616; BADARÓ, 1996: 330-331). Debates e especulações se seguiram nos dias seguintes ao acordo JK-PSD-Castelo. Enquanto os boatos se sucediam, Alkmin fazia, no Congresso, a sua e a campanha do general (CASTELO BRANCO, 1977: 11). No dia 11 é publicado o Ato Institucional número 1, de cuja redação participam entre outros Francisco Campos e José Maria Alkmin. No dia 15 são eleitos e empossados os novos presidente e vice.

Os vitoriosos em 1964 insistiam em dizer que o ato fora uma revolução em defesa da legalidade e da democracia. A oposição a Goulart explorou habilmente o tema da legalidade, acusando o governo de feri-la ao desrespeitar o direito de propriedade e, no caso dos militares, desconsiderar os princípios da hierarquia e disciplina das Forças Armadas. Parte expressiva da oficialidade só aderiu à conspiração quando foi convencida de que o presidente operava fora da Constituição (STARLING, 1986; FERREIRA, 2001: 389; 391; FIGUEIREDO, 1993: 180-184; REIS FILHO, 2001: 341).

---

<sup>12</sup> Conforme o autor, a Esquerda o chamava de entreguista e a Direita o acusava de ser comunista.

O golpe de 1964 já foi muito estudado. Não é o objeto deste artigo. Apenas saliento a instrutiva preocupação dos militares e civis em se afirmarem como democratas. Por sinal, conforme o raciocínio de Maria Helena Moreira Alves, esse discurso e a necessidade de ser minimamente coerente com ele, trouxe importantes implicações para o regime na busca pela legitimidade (ALVES, 2005).

De forma semelhante a Alves, Cláudio Beserra de Vasconcelos (2013: 319) aponta o caráter híbrido do novo regime – uma ditadura que mantém em funcionamento instituições democráticas, a exemplo do Legislativo, ainda que sob controle e com restrições. Nos seus termos, “a cultura política nacional exigia uma referência a democracia liberal”. Mais concretamente, parte significativa dos grupos sociais que apoiou a deposição de João Goulart, notadamente entre as classes médias, não necessariamente estaria de acordo com uma ditadura, especialmente se ela se prolongasse no tempo. Além disso, prossegue Vasconcelos, a manutenção dos elementos próprios da democracia era condição indispensável para assegurar a unidade entre as forças militares (VASCONCELOS, 2013: 341-342).

Por sua vez, Argelina Cheibub Figueiredo afirma que a democracia soçobrou em 1964 por uma conjugação complexa de fatores, mas fundamentalmente devido às escolhas que os diversos grupos sociais e políticos fizeram desde 1961, tornando impossível a realização de reformas graduais dentro dos marcos democráticos. Segundo ela, esquerda e direita tinham uma “visão instrumental de democracia”. A primeira buscava as reformas “ainda que ao custo da democracia”; a segunda mantinha as regras democráticas “apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios” (FIGUEIREDO, 1993: 202).

A tese de Figueiredo provocou intenso debate, granjeando seguidores (FERREIRA, 2001) e críticos, estes especialmente porque a autora propunha atribuir a responsabilidade pelo golpe tanto aos seus autores quanto aqueles que foram por ele atingidos (MATTOS, 2008: 250-251, TOLEDO, 2004; MELO, 2014).

Caio Navarro de Toledo rechaça a equalização de responsabilidades entre esquerdas e grupos de direita pelo golpe de 1964. Além da enorme desigualdade de recursos materiais e políticos entre os dois grandes polos do processo político, o autor aponta a falta de sustentação empírica da tese segunda a qual as esquerdas seriam golpistas (TOLEDO, 2004). Na mesma linha, em trabalho mais amplo, Demian Bezerra de Melo rebate toda a linha “revisionista”, aí incluídos Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis Filho, Marco Antônio Villa e

Argelina Figueiredo, sobre o golpe, mas também sobre a luta armada, a profundidade e duração do regime ditatorial (MELO, 2014). É particularmente rica sua discussão sobre a interpretação da luta armada. Apoiando-se, entre outros, em Marcelo Ridenti, Melo aponta o caráter anacrônico de se cobrar das esquerdas um “compromisso com a democracia” quando a palavra de ordem, naqueles tempos, era “a revolução” (MELO, 2014: 177-178).

Se não é fácil avaliar o grau e a profundidade de adesão das lideranças políticas aos princípios democráticos, mais difícil ainda é discutir o que pensavam as bases sociais. Segundo dados de uma pesquisa feita junto às pessoas que assistiram ao comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, 95% dos entrevistados tinham perfil reformista e legalista (FERREIRA, 2001: 384). É um dado instrutivo, mas restrito. Seriam necessárias muitas outras pesquisas para se pensar o Brasil como um todo, tendo em vista sua extensão e complexidade. Além de restrita ao Rio de Janeiro, essa pesquisa também não representa necessariamente o pensamento das pessoas que não foram ao comício<sup>13</sup>.

A dificuldade para se aferir o pensamento dos liderados ou dos cidadãos em geral pode ser atenuada pela análise do movimento feito pelas lideranças, especialmente porque se tratava de uma conjuntura de forte politização e engajamento. Como ressalta Bourdieu, cada gesto ou movimento feito por um agente político tem em consideração todos os personagens e dados do campo político, aí incluída a capacidade de mobilização das bases sociais (BOURDIEU, 2010: 178; 183). A recorrente prática da maior parte dos agentes políticos de se apresentarem como defensores da democracia sugere, além da polissemia do termo, que a maioria da população, especialmente a engajada e/ou votante, também se identificava com esse modelo político.

A democracia está presente, portanto, na cultura política nacional. O que fica por saber é o seu grau de importância para cada segmento social e político. Trata-se de tema a demandar mais pesquisas e reflexões. Essa análise, focada no caso do parlamentar José Maria Alkmin, propõe-se como uma pequena peça nesse imenso quebra-cabeças que foi a política brasileira naquele período.

Por ora, minha hipótese sobre aquela conjuntura específica é de que para a maior parte dos grupos políticos que tomaram parte naqueles debates, a democracia era sim relevante,

---

<sup>13</sup> Para outras críticas e a recomendação de cautela no uso dos resultados dessa pesquisa, ver Melo (2014: 164-165).

mas ocupava um lugar secundário. Se possível harmonizar o regime democrático com outros princípios, era-se democrata; se fosse necessário removê-lo para preservar outros valores, princípios, instituições ou privilégios, assim se fazia. A radicalização do processo político revelou as prioridades de cada segmento. Para amplos setores de classe média, eram os valores tradicionais; para setores da esquerda era a implantação de seu projeto político; para o grande capital era a modernização conservadora, para as frações mais conservadoras do campo, a manutenção do latifúndio; para os militares, a integridade e os princípios das Forças Armadas.

Vale registrar que havia, também, grupos que, sem constrangimentos, defendiam soluções autoritárias duradouras, a exemplo da chamada Linha Dura dos militares. Por outro lado, havia vozes que elegiam as liberdades democráticas como um valor superior, inegociável<sup>14</sup>.

José Maria Alkmin, personagem-objeto principal deste texto, foi favorável, em 1948, à cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB (BOJUNGA, 2001: 186). Nos anos 1950, quando sua aliança partidária tinha maioria folgada e seus candidatos triunfavam nas urnas, defendeu a democracia, a constituição e a soberania do voto. Em 1964, juntou-se aos golpistas. Um conjunto variado de fatores operaram para definir sua posição: a formação mineira conservadora – o mesmo fantasma do comunismo que mobilizou as classes médias em Belo Horizonte (STARLING, 1986) também o afligia –, a discordância em relação ao perfil ideológico do governo Goulart, suas vinculações históricas com as bases ruralistas e, não menos importante, as frustrações na sua carreira política – fracasso da Ala Moça, sonho desfeito de ser governador de Minas, a ascensão de desafetos como Tancredo Neves<sup>15</sup>.

A propósito, o exame do comportamento de importantes lideranças políticas daquele período revela o peso das escolhas subjetivas, motivadas por projetos e vaidades pessoais. Lott tinha orgulho de ser o “homem destinado a salvar a democracia” (SKIDMORE, 1975: 194). JK juntou-se à velha guarda do PSD contra a Ala Moça, preferiu a vitória da oposição na sua sucessão, sacrificou Alkmin, votou contra o parlamentarismo, rejeitou a conspiração contra Goulart e depois se juntou aos vencedores, legitimando o golpe, guiado, substancialmente, pela obsessão de ser novamente candidato em 1965 (BOJUNGA, 2001;

---

<sup>14</sup> Celso Furtado (1962; 1964), por exemplo, em textos escritos no pré-1964, defende essa posição.

<sup>15</sup> As diferenças entre Alkmin e Tancredo remontam, segundo Badaró, à década de 1930, quando o primeiro era advogado e o segundo era promotor de justiça (BADARÓ, 1996: 87-93).

BADARÓ, 1996; MARAM, 2002). Os movimentos de lideranças da UDN também são instrutivos. De olho em 1965, Magalhães Pinto tentou uma improvável aproximação e parceria com o grupo de João Goulart. Já Carlos Lacerda, após trabalhar pelo golpe, voltou-se contra o novo regime quando viu se esvaírem as esperanças de realização das eleições (STARLING, 1986, BOJUNGA, 2001).

### **Considerações Finais**

A proposta desse artigo é, admito, um pouco arriscada. A própria afirmação da existência de uma cultura política brasileira está longe de ser consensual, e talvez possua mais opositores do que adeptos. Ainda assim, investi na ideia, apoiando-me na “filosofia” de José Honório Rodrigues: no lugar de apresentar elementos límpidos e definitivos, optei por suscitar o debate. Ademais, o período – 1955/1964 – também é objeto de vasta bibliografia. Procurei revisitá-lo através da história de um personagem específico, José Maria Alkmin, figura muito presente no folclore político mineiro, mas pouco estudada no âmbito acadêmico. Sem prejuízo dos aspectos individuais, como as amizades, vaidades e frustrações, procurei discernir o parlamentar a partir das suas vinculações sociais, das subculturas políticas que integrou, com destaque para a mineira e a pessedista.

Nestes termos, investigar a sua atuação, escolhas e decisões pode contribuir para a melhor compreensão daquela conjuntura, especialmente no que concerne ao lugar da democracia no interior da cultura política nacional. Os episódios de 1955 que precederam e garantiram a posse de JK e Jango revelaram um Alkmin ardorosamente democrata e legalista.

Em 1964, em uma conjuntura externa e interna fortemente polarizada ideologicamente, as margens de escolha se estreitaram. Alkmin se colocou entre os conspiradores que derrubaram o presidente João Goulart. A defesa da democracia foi novamente reclamada como justificativa para o ato de força. O recurso a esse argumento indicava que, em alguma medida, esse valor era compartilhado por parte dos agentes políticos e por parcelas expressivas da população, mas o tempo cuidou de demonstrar o limite desse discurso.

A própria história de Alkmin no pós-64 é reveladora dos novos tempos. Como vice-presidente, ele era uma figura decorativa, contribuindo para as aparências democráticas do

regime. Pode-se afirmar que se tratava de um papel deprimente para quem, nove anos antes, se erguera contra a farsa que se armou para impedir a posse do Juscelino Kubitschek e João Goulart. É possível que, apesar da participação no golpe e da larga experiência política, nem o próprio Alkmin tenha discernido a natureza mais profunda daquela intervenção.

Após o AI-5 – Ato Institucional nº 5 (1968), José Maria Alkmin e o regime ficaram em lados opostos e ele entrou na lista dos alvos de cassação. No entanto, a ditadura brasileira tinha suas nuances. Laços de parentesco e/ou amizade inter-elites permitiram certas acomodações, evitavam ou atenuavam a perseguição de alguns opositores (MOTTA, 2014: 58-59). Assim como as amizades, as desavenças pessoais também incidiam sobre as decisões políticas. O Almirante Augusto Rademaker pediu a cassação de Alkmin, seu desafeto desde os tempos do mineiro no Ministério da Fazenda. Mas a amizade com o General Orlando Geisel, integrante do poderoso Conselho de Segurança da ditadura, poupou o deputado. Contra Rademaker, Geisel exigiu a exclusão do nome de Alkmin da lista infame (BADARÓ, 1996: 352-353).

A amizade com Orlando Geisel foi necessária, mas não suficiente. JK também tinha amigos e estava proscrito. A intervenção do General foi aceita porque se concebia que Alkmin não oferecia riscos – não tinha a estatura política do ex-presidente e era, sabidamente, um moderado. Dentro desses limites foi possível escapar às garras da repressão naquela conjuntura em que a democracia, que um dia fora importante, mas secundária, era um valor ausente na prática e nas aparências.

### Referências

- ALVES, Maria H. M. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ARCHER, Renato. Prefácio. In: HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ARRUDA, Maria A. do N. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BADARÓ, Murilo. *José Maria Alkmin: uma biografia*. Rio de Janeiro: 1996.
- BENEVIDES, Maria V. *Resenha*. De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64), de Lúcia Hippolito. São Paulo: Paz e Terra, 1985. Disponível em:

IMPORTÂNCIA E LIMITE DA DEMOCRACIA NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA  
(1955/1964): UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ALKMIN

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_01/rbcs01\\_resenhas.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_resenhas.htm). Acesso em: 19 jul. 2016.

BERSTEIN, Serge. Cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: UNB, 1986. Verbete: Democracia, p. 326-327.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, n. 1, p. 147-168, mar. 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, Sérgio S. A constituição de 1946 e a nova ordem econômica e social mundial do pós-segunda guerra mundial. *Revista de Sociologia e Política*, n. 06-07, p. 7-24, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Tribuna de Imprensa*, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1955, p. 7.

CÂMARA FEDERAL. *Diário do Congresso Nacional*. Capital Federal, ano X, n. 176, Publicado em 19 de novembro de 1955. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1957.

DELGADO, Lucília de A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo - 1945/1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Capital Federal, ano X, n. 169, 9 nov. 1955. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCCD09NOV1955.pdf#page=-%20p.%208228>. Acesso em: 15 jul. 2016.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 1 set. 2016.

LAURINDO MEKIE PEREIRA

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DULCI, Otávio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ECONÔMICA E SOCIAL LAHES. Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005, p. 8.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FURTADO, Celso. *Celso Furtado: obra autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 3v.

\_\_\_\_\_. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GOMES, Angela de C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel et al (Orgs.). *Culturas políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005a.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005b.

HELENO, Alexandre P. Aspectos da cultura política das esquerdas juizforanas: a perspectiva da mineiridade. I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social LAHES. Juiz de Fora, *Anais...* Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

JANOTTI, Maria de L. M. *Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JORNAL DO BRASIL. 18 nov. 1955.

\_\_\_\_\_. *Começam a surgir (e logo se queimam) candidatos a Presidência da Câmara*, 12 out. 1958.

IMPORTÂNCIA E LIMITE DA DEMOCRACIA NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA  
(1955/1964): UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ALKMIN

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: Cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, n. 24, p. 227-250, 1999.

LONGUI, Rogata Soares del Gáudio. *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação (Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

LYNCH, Christian E. C. Cultura política brasileira. In: SANTOS, Gustavo; BRITO, Eder. *Política no Brasil*. São Paulo: Oficina Municipal, 2015, p. 57-83.

MARAM, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Angela de C. (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MARTINS FILHO, João R. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

MATTOS, Marcelo B. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 28, n. 55, p. 261, jan. /jun. 2008.

MELO, Demian B. de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.

MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

\_\_\_\_\_. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos (Org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PEREIRA, Laurindo M. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RAMOS, Plínio de A. *O PSD mineiro*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

QUEIROZ, Maria I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, T. III, vol.1, 1975, p. 153-190.

REIS FILHO, Daniel A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LAURINDO MEKIE PEREIRA

\_\_\_\_. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ROCHA, Munhoz da. *Radiografia de novembro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

RODRIGUES, José H. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, João M. de. Discussão em torno do conceito de coronelismo – da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. *Caderno Estudos Sociais*, Recife, vol. 11, n. 2. jul./dez. 1995.

SOUZA, Maria do C. C. de. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

STARLING, Heloísa M. M. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio N. de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, p. 27-48, 2004.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, p. 333-358, jan-abr 2013.

VERBA, Sidney; ALMOND, Gabriel A. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, California-USA: Sage Publications, 1989.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1998.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

**Recebido em:** 22 de novembro de 2016

**Aceito em:** 17 de abril de 2017